DETERMINAÇÕES SOCIAIS DO SOFRIMENTO PSÍQUICO EM MULHERES: UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA

Beatriz Maria Macrander Karassawa (IC) e Erich Montanar Franco (Orientador)

Apoio: PIVIC Mackenzie.

RESUMO

Esse trabalho se propôs, a partir da análise da produção científica em psicologia, a descrever e compreender como tem sido abordado o sofrimento psíquico de mulheres, quais são os principais determinantes sociais geradores desse sofrimento e quais são as propostas de enfrentamento desse problema. Consiste em uma pesquisa qualitativa elaborada com base na proposta de análise de conteúdo de Bardin (2011). Os 57 artigos localizados foram agrupados por meio das seguintes categorias temáticas: modelo econômico (7,01%); trabalho (14,03%); outras estruturas de controle e opressão (7,01%); violência de gênero (10,52%); gênero e normatividade (12,28%); maternidade (10,52%); adoecimento (12,28%); cuidados e serviços (17,54%) e outros (8,77%). A análise do material indica que as principais causas do sofrimento psíquico em mulheres são: violência de gênero; sobrecarga do cuidado e divisão sexual do trabalho; adoecimento físico e condições de saúde; violência institucional e falhas no cuidado; desigualdade socioeconômica e pobreza; normatividade de gênero e corpo; racismo, discriminação e preconceito. Na maioria dos casos, as estratégias de enfrentamento estão relacionadas ao incentivo à políticas públicas e mudanças estruturais; cuidado clínico e psicológico; rede de apoio social e comunitária; rede de atenção psicossocial e serviços de saúde. Entretanto, observa-se um descompasso entre o reconhecimento das raízes sociais do sofrimento e a escassez de estudos voltados à formulação de políticas públicas e estratégias efetivas de transformação social e garantia de direitos.

Palavras-chave: Sofrimento psíquico. Sociedade. Mulheres. Produção científica.

ABSTRACT

Based on an analysis of scientific literature in psychology, this study aimed to describe and understand how women's psychological distress has been addressed, what the main social determinants of this distress are, and what strategies have been proposed to address this problem. It consists of a qualitative study based on Bardin's (2011) content analysis framework. The 57 articles identified were grouped into the following thematic categories: economic model (7.01%); work (14.03%); other structures of control and oppression (7.01%); gender-based violence (10.52%); gender and normativity (12.28%); motherhood (10.52%); illness (12.28%); care and services (17.54%); and others (8.77%).

Analysis of the data indicates that the main causes of psychological distress among women are: gender-based violence; caregiving overload and the gendered division of labor; physical illness and health conditions; institutional violence and failures in care; socioeconomic inequality and poverty; gender and body norms; racism, discrimination, and prejudice. In most cases, coping strategies are related to promoting public policies and structural changes; clinical and psychological care; social and community support networks; and psychosocial care networks and health services. However, there is a disconnect between the recognition of the social roots of suffering and the scarcity of studies aimed at formulating public policies and effective strategies for social transformation and the protection of rights.

Keywords: Psychological distress. Society. Women. Scientific research.

1. INTRODUÇÃO

A Organização Mundial da Saúde (WHO) indica que a saúde e bem-estar das mulheres são colocados em risco em decorrência de desigualdades e discriminações de gênero, o que representa grande desafio para o campo da saúde (WHO, [s.d.]). Segundo a Oxfam Brasil (2025), a desigualdade de gênero no mundo está diretamente relacionada à negação de direitos fundamentais que se perpetua devido à ausência de representatividade política. No mundo, aproximadamente 30% das mulheres já sofreram violência física ou sexual (ONU NEWS, 2025). De acordo com Canavêz, Farias e Luczinski (2021) as mulheres são vítimas da deterioração de redes de apoio sociais e econômicas mais do que outras pessoas, estando mais expostas a danos, violência e morte. Entretanto, apesar da opressão, as mulheres resistem de diferentes formas, por exemplo, por meio da criação ou participação de movimentos e lutas sociais em favor de seus direitos (SANTOS; DIAS, 2022).

O uso do termo sofrimento psíquico se faz relevante, pois engloba dimensões psicossociais que extrapolam as normatizações individualizantes e biologicistas (AMARANTE, 2011 *apud* CARNEIRO, 2014). O termo abarca as relações sociais de gênero, raça e classe (ALVES, 2022; DIMENSTEIN et al., 2022). Nesse sentido, se faz útil pensar na diferença entre sofrimento ontológico e sofrimento ético-político, o primeiro é algo inerente à existência humana e o segundo, foco de estudo dessa pesquisa é marcado por desigualdades nas relações sociais (SAWAIA, 2009). Segundo a Fiocruz ([20--]) e a WHO (2010), os determinantes sociais da saúde estão vinculados às condições de vida e trabalho. Devem ser considerados fatores sociais, políticos, econômicos, culturais, étnicos/raciais, psicológicos e comportamentais que exercem influência na saúde da população.

Esse artigo apresenta os resultados de pesquisa que teve por objetivo analisar e descrever a produção científica em Psicologia acerca do sofrimento psíquico em mulheres, suas causas e formas de enfrentamento desse problema, buscamos oferecer um panorama do conhecimento em Psicologia produzido sobre o tema entre 2014 e 2024 e contribuir para o debate sobre a relação entre saúde mental, gênero e sociedade. Essa investigação teve caráter qualitativo e foi elaborada a partir da metodologia de análise de conteúdo de Bardin (2011). Entendemos ser pertinente a sistematização do conhecimento publicado em artigos científicos, pois estes são a expressão mais confiável do conhecimento no campo da Psicologia. A fim de constituir *córpus* de pesquisa homogêneo, nossas buscas se valeram do uso combinado das palavras-chave, sofrimento psíquico e mulheres. O material foi recolhido dos repositórios SciELO, CAPES PERIÓDICOS, LILACS e BVS. Foram excluídos os artigos duplicados e aqueles não disponíveis na sua integralidade. Foram analisados e descritos 57 artigos, os quais foram agrupados por meio das seguintes

categorias temáticas: modelo econômico (7,01%); trabalho (14,03%); outras estruturas de controle e opressão (7,01%); violência de gênero (10,52%); gênero e normatividade (12,28%); maternidade (10,52%); adoecimento (12,28%); cuidados e serviços (17,54%) e outros (8,77%).

2. A ORIGEM SOCIAL DO SOFRIMENTO FEMININO

Os artigos analisados apontaram diferentes causas de sofrimento psíquico, entretanto foi consenso que se trata de um fenômeno coletivo e não experiência individual. O sofrimento psíquico foi entendido como resultado do funcionamento de macroestruturas, da intersecção entre formas de controle e dominação, como machismo, racismo e capitalismo.

As principais causas que originam sofrimento psíquico nas mulheres foram organizadas por temas mais recorrentes na literatura. A violência de gênero foi objeto de estudo em doze (21,1%) produções. Oito pesquisas (14.0%) abordaram a sobrecarga do cuidado e divisão sexual do trabalho. Oito (14,0%) trabalhos foram sobre adoecimento físico e condições de saúde, oito (14,0%) sobre violência institucional e falhas no cuidado, sete (12,3%) abordaram a desigualdade socioeconômica e pobreza, sete (12,3%) sobre normatividade de gênero e corpo e por fim, outros sete (12,3%) discutiram racismo, discriminação e preconceito.

No que diz respeito ao enfrentamento do problema, um número expressivo não apresentou propostas (29,8%), treze (22,8%) artigos evidenciaram as políticas públicas e mudanças estruturais como a forma mais importante de enfrentamento, doze estudos (21,1%) abordaram o cuidado clínico e psicológico como principal ação, nove (15,8%) nomearam as redes de apoio social e comunitárias e por último, seis (10,5%) artigos trouxeram como proposta serviços de saúde de atenção psicossocial.

Ademais, houve concentração expressiva de publicações entre 2021 e 2024, totalizando 65% dos artigos selecionados, o que indica aumento relevante de interesse pela temática nesse período, provavelmente por conta da pandemia e de seus desdobramentos, como a intensificação da vulnerabilidade social.

No tocante aos dados sociodemográficos, (34%) dos artigos mencionaram a idade das participantes (predominando mulheres de 25 a 50 anos) e quase 40% não detalharam a ocupação da população estudada, apesar de ser um dos aspectos determinantes do sofrimento psíquico. Além disso, houve forte presença (15,79%) de estudos com profissionais de saúde (enfermeiras, agentes comunitárias e psicólogas), o que evidencia precarização e sobrecarga das condições de trabalho em saúde. Com relação ao gênero da população estudada, 75% dos artigos tiveram amostra exclusivamente feminina, os oito

artigos com amostra mista tiveram desenho comparativo deliberado entre homens e mulheres (ex: luto gestacional, ansiedade, enfermagem oncológica). No que se refere à raça/cor houve lacuna metodológica relevante, 60% dos artigos não informaram esse dado. Dentre os vinte e um estudos que informam, destaca-se subgrupo de dez artigos com foco explícito em mulheres negras, nesse caso, critério definidor da amostra, não um dado incidental. A etnia foi informada em apenas 11% dos casos, sempre associada a discussões sobre ancestralidade africana/quilombola e racismo.

2.1 Modelo econômico

Nessa categoria foram reunidos quatro artigos (7,01%), nesses casos, o sofrimento psíquico das mulheres foi pensado como consequência do modelo econômico capitalista. Alves (2022), baseada na Teoria da Reprodução Social (TRS), discute a ideia de que o sofrimento é decorrente de um sistema único de dominação-exploração, opressão e alienação, constituído pelo capitalismo, racismo e patriarcado. Dentro desse modelo surgem conflitos relacionados à família, à vida amorosa, à pobreza e seus desdobramentos, à regulação do corpo feminino e às múltiplas violências sofridas pela população estudada. A pressão para gerar filhos e maternar, o trabalho doméstico, a discriminação pela condição socioeconômica, controle estético do corpo e a exposição a variados tipos de violência foram evidenciados como resultantes do modelo econômico (ALVES, 2022).

Garcia, Souza e Silva (2021) dão continuidade à discussão sobre os aspectos econômicos dentro do cenário pandêmico da Covid-19, que segundo as autoras, denunciou e evidenciou ainda mais as injustiças e desigualdades, uma vez que grupos minoritários e historicamente oprimidos (mulheres, negros, população LGBTQIA+) sofreram ainda mais em função dos estigmas e preconceitos impostos a eles. Esses estudos, seja num nível macroestrutural, com a pandemia, seja num nível microssocial e subjetivo, com no relato de mulheres pobres em escassez material, se debruçaram sobre os desdobramentos da vulnerabilidade socioeconômica sobre o risco para a saúde mental das pessoas (FREITAS; et al., 2023). Ribeiro e Marcolan (2020), concluem que a invisibilização de minorias amplia a negligência do poder público em relação a elas. Nesse caso, foram realizadas entrevistas com mulheres em situação de rua, as entrevistadas afirmam que estar em situação de rua e desempregadas já é desafiador, mas ter um transtorno mental nessas condições, extrapola os níveis de exclusão, invisibilidade e sofrimento.

2.2 Trabalho

A temática da exploração das mulheres e seus corpos pelo trabalho foi centrada em oito artigos (14,03%). Essas pesquisas investigaram profissionais do sexo, trabalhadores da área de saúde, mães universitárias, mulheres que se autodeclaram em intenso sofrimento

mental, operadoras de caixa e usuárias de um CAPS. Dentre esses estudos, cinco artigos relacionam o sofrimento psíquico, a divisão sexual do trabalho e a invisibilização das tarefas de cuidado doméstico. Antloga et al. (2023) estudou a invisibilização do trabalho de cuidado dos filhos e a sobrecarga entre mães estudantes de ensino superior, as mães reportaram danos físicos, psicológicos e sociais em níveis críticos por conta da sobrecarga das duas principais demandas em suas vidas, cuidar dos filhos e estudar. Cunha et al. (2023) pesquisou enfermeiras no período do Covid-19. Seus resultados mostram como o trabalho de cuidado profissional na área da saúde é confundido com uma característica feminina inata, o que pressupõe que todas devem e sabem cuidar dos outros. Outros dois estudos com profissionais da saúde também denunciam a sobrecarga e os efeitos dos papeis de gênero tradicionais relacionados à dupla jornada de trabalho. Como resultado da divisão sexual do trabalho, as atividades domésticas não têm reconhecimento, mas se somam às tarefas profissionais, quanto a isso as participantes relatam o sentimento de abandono e negligência. Os estudos evidenciam a urgência de ações de cuidado dirigidas para essas trabalhadoras (CANAVÊZ; FARIAS; LUCZINSKI, 2021; OLIVEIRA; TEIXEIRA; ATHANÁZIO, 2021). Dalcin e Ferreira Neto (2021) reforçam que houve intensificação dessa sobrecarga durante a pandemia, quando mulheres com trabalho formal também foram pressionadas a cuidar da casa e dos filhos sozinhas. Houve convergências entre dois estudos distintos, concluindo por meio dos resultados que ambos os grupos têm trabalhos femininos socialmente desvalorizados, que têm os determinantes estruturais como causa da inserção laboral e que possuem o corpo como instrumento de trabalho e objeto de controle, seja na vivência das profissionais do sexo (SILVA; ALMEIDA, 2019), ou na experiência das funcionárias operadoras de caixa (MÉLOU; et al., 2021).

O estudo de Oliveira, Teixeira e Athanázio (2021) aponta que o trabalho é constitutivo da experiência subjetiva das mulheres, contudo, é predominante a precarização das condições de trabalho, a negação de direitos e da dignidade durante a atuação profissional. Como conclui Vitali et al. (2020), em seu estudo com usuárias de um Centro de Atenção Psicossocial, trata-se de um ciclo que se reforça por o ambiente de trabalho ser adoecedor, as mulheres vivenciam experiências permeadas por sofrimento, sofrimento esse que é estigmatizado e individualizado, causando exclusão no mercado de trabalho (VITALI et al., 2020). Todas essas pesquisas indicam a necessidade de criação de políticas públicas que combatam a desigualdade de gênero e reconheçam a importância e a função social do trabalho de cuidado (remunerado ou não).

2.3 Outras estruturas de controle e opressão

Nessa categoria, que reúne quatro artigos (7,01%), foram discutidos a institucionalização e a violência policial como formas de controle e opressão. Os estudos

convergem ao investigar mulheres em situação de marginalização — sejam mulheres encarceradas (OLIVEIRA et al., 2016; LAURINDO; LEITE; CRUZ, 2022), mulheres em cumprimento de medida de segurança (COSTA; BOITEUX, 2020), ou mães enlutadas pela perda de filhos vítimas de violência policial (MORABITO; CREMASCO, 2024). Outro aspecto em comum é a centralidade da raça/cor e da classe social na determinação do nível de vulnerabilidade em que se encontram essas mulheres. Os quatro artigos denunciam como instituições (justiça penal, psiquiatria, polícia) reproduzem violência de gênero e raça em vez de proteger ou cuidar dessa população marginalizada. Todas as participantes das pesquisas apresentavam algum nível de sofrimento psíquico, seja de forma subjetiva ou categorizável como psicopatologia. Ainda em consonância, os pesquisadores enfatizaram a importância da criação de espaços de escuta para essas mulheres que muitas vezes são silenciadas.

As manifestações do sofrimento psíquico da população estudada foram reportadas no estudo de Oliveira et al. (2016), que apresentou relatos de mulheres encarceradas que compartilham as angústias e sofrimentos decorrentes do uso de drogas e da experiência na prisão. Predominam os sentimentos de tristeza, medo e insegurança, somados ao rompimento dos laços com entes queridos e à negação de direitos básicos como a maternidade. Já Morabito e Cremasco (2024), analisaram a experiência do luto e sofrimento das mães que perderam seus filhos para a violência policial. Segundo essa pesquisa, entre outras consequências essas mulheres sofrem por terem sido assujeitadas pelo racismo, não terem direito à escuta e precisarem permanecer caladas. A partir de entrevistas, foram identificadas experiências de sofrimento decorrentes de discursos culpabilizantes que essas mulheres escutaram. Discursos estes que dão a entender que foi pela falha na educação que essas mães deram que seus filhos morreram. As entrevistadas também contam que o sofrimento é silenciado de forma medicamentosa.

2.4 Violência de gênero

Dentre os artigos selecionados, seis (10,52%) tiveram como objeto de estudo a violência de gênero e seus desdobramentos. Os autores abordaram diferentes formas de violência, sendo ela: racial, física, sexual e obstétrica. Cinco trabalhos realizaram análise desse fenômeno a partir de perspectiva interseccional, isto é, abordaram o problema como resultante de uma estrutura social que envolve classe, gênero e raça, configurando-se numa discriminação interseccional (COSTA; ROSA, 2021). Outro aspecto importante foi a crítica recorrente ao modelo biomédico e institucional, que negligenciam, patologizam ou revitimizam as mulheres, seja pela demora no acesso a serviços, pelo julgamento moral, pela falta de escuta ou pela medicalização excessiva.

A violência sexual, o aborto e seus desdobramentos também foram investigados. Em sua pesquisa, Klepa (2023) discutiu a descriminação sofrida por mulheres que engravidaram por consequência de estupro, nesses casos a mulher sempre é discriminada, seja qual for sua decisão em relação à gravidez. Assim, mulheres vitimas de violência sexual são socialmente condenadas pela violência que sofreram. Trigueiro (2017) investigou o trauma psicológico vivido por mulheres que sofreram esse tipo de violência. O estudo aponta seus impactos no cotidiano dessas vítimas de violência sexual, elas apresentam risco aumentado para dependência de álcool e drogas, transtornos mentais e suicídio.

Moreira (2022), Neves e Yavo (2024) investigaram casos de violência obstétrica, os autores apontam que esse tipo de violência tem ocorrência que oscila entre 18,3% e 44,3% em mulheres gestantes brasileiras. Os estudos também revelam que esse tipo de violência é acompanhado das desigualdades no acesso à saúde, uma violência que é também institucional. Também concordam que o sofrimento é decorrente do silenciamento da dor das pacientes, da realização de procedimentos sem consenso, da vulnerabilidade social como agravante e do impacto psicológico duradouro dos traumas vividos.

Dourado e Noronha (2014) evidenciam que a vitimização facial decorrente da violência conjugal mobiliza mecanismos de enfrentamento do sofrimento psíquico nas mulheres entrevistadas. Um deles aproxima-se da incorporação do lugar de submissão exigido pelo agressor, como no caso de uma das entrevistadas que, diante da violência psicológica sistemática do marido, passa a assumir progressivamente a postura de submissão por ele desejada, num processo que as autoras interpretam como ameaça à identidade subjetiva da vítima. Outro mecanismo é a negação ou o silenciamento da violência diante de terceiros, funcionando como proteção contra o julgamento social e contra o risco de revitimização simbólica associada à suspeita de que a mulher teria provocado a própria agressão. Em contrapartida, existem mulheres que encontram na participação política que reivindica seus direitos uma forma de lidar com o sofrimento e resistir à opressão. As redes de apoio, sejam elas familiares, de amizade ou institucionais, são apontadas como o principal recurso de enfrentamento do sofrimento psíquico (WILHELM; TONET, 2017).

2.5 Gênero e normatividade

Dentre os trabalhos analisados, sete (12,28%) abordaram questões relacionadas à gênero e normatividade, discutiram as vivências de mulheres LGBTQIAPN+: mulheres transgênero e lésbicas, incluindo mulheres idosas. Os autores concordam que estruturas heteronormativas, patriarcais e racistas estão diretamente relacionadas ao sofrimento psíquico. Também há consenso sobre a importância das redes de apoio familiar e social

para o enfrentamento desse problema. Dois trabalhos concluem que a experiência religiosa pode ser um instrumento para auxiliar as pessoas em sofrimento psíquico resultante do preconceito (ESPINOLA et al., 2023; CARNIEL; DIERCKS; MIRANDA, 2023),outro artigo em contrapartida, possui ressalvas às religiões, afirmando ser possíveis fontes de preconceitos (CORTES et al., 2019).

Dentre os artigos agrupados nessa categoria temática, cinco constatam que serviços de saúde podem reproduzir formas de violência que deveriam ser mitigadas, negando direitos e o acesso à saúde (ARAÚJO; THEOPHILO, 2019; CORTES et al., 2019; FRANCO et al., 2021). Espinola (2023) investigou o envelhecimento entre membros da comunidade LGBTQIAPN+, esse estudo evidenciou uma dupla invisibilização e lacunas importantes na assistência prestada por serviços de saúde e assistência social à essa população. Comparados aos idosos heterossexuais, idosos de grupos minoritários sexuais enfrentam maior risco de incapacidades, prejuízo da saúde mental e diminuição da adesão às práticas de prevenção e promoção de saúde. Os entrevistados relataram sentirem-se negligenciados e se queixaram da dificuldade de comunicação com os profissionais de saúde. Para Cortes et al. (2019) estigmas, preconceitos e discriminações corroboram para o prejuízo da saúde mental da comunidade LGBTQI+, aumentando os casos de transtornos mentais e tentativas de suicídio, o autor comprova esse sofrimento pela fala de entrevistada que afirma se sentir triste e maltratada física e psicologicamente nos serviços de saúde, que sente sua identidade desrespeitada.

Mulheres lésbicas também enfrentam desafios e pressões relacionadas à heteronormatividade. Souza e Lima (2021) a partir de entrevista analisaram o sofrimento psíquico de uma mãe lésbica que se manteve num casamento heterossexual. A narrativa conta sobre o processo de metamorfose em que a "mulher-heterossexual-esposa-mãe" foi gradualmente confrontada e transformada na "mulher-lésbica-mãe", num movimento que envolveu tanto sofrimento e vulnerabilidade quanto resistência frente à hegemonia heteronormativa.

Carniel, Diercks e Miranda (2023) apresentam dados sobre a rejeição social resultante de estigmas sobre o corpo gordo e negro. Os autores abordaram a patologização do corpo gordo e como as indústrias da moda e publicitária produzem o padrão de beleza, interseccionando gênero e raça. Em concordância, Silveira, Cruz e Melo (2021) abordam as estratégias do capitalismo para lucrar com produtos, intervenções e técnicas às custas da insegurança das mulheres oprimidas por ideais de beleza e feminilidade inatingíveis.

2.6 Maternidade

A respeito do tema maternidade seis artigos (10,52%) foram analisados. A totalidade das produções afirma que a experiência da maternidade é moldada e influenciada por intersecções de gênero, raça e classe, além do discurso médico. Discutiu-se também que o sofrimento dessa população é invisibilizado ou minimizado socialmente, seja por meio de julgamentos morais em relação às mães usuárias de drogas (SOUZA; NOGUEIRA., 2018) ou pelo não reconhecimento do luto de perder um filho (SANTOS; TAVARES; PIMENTA, 2023). É consenso entre todos que as instituições de saúde e jurídica falham em alguma medida em oferecer ajuda e acolhimento a essas mães, por exemplo, a ausência de políticas públicas de acolhimento e suporte para mães solo (NASCIMENTO et al., 2022). Além disso, concordam que a responsabilidade da maternagem recaem desproporcionalmente sobre as mulheres, refletindo a expectativa social de que o cuidado é "naturalmente" feminino. Todos os artigos concluem sobre a urgente necessidade de suporte institucional.

Emidio, Okamoto e Santos (2023) estudaram a experiência de mulheres que trabalharam no modo home office e que adicionalmente, cuidaram da casa e dos filhos durante a pandemia do Covid-19, eles estudaram as consequências da sobrecarga, esgotamento físico e mental. Nascimento et al. (2022) investigou vivências da maternidade em grupos cujos direitos são negados e constatou o impacto de estigmas e preconceitos que causam imenso sofrimento a essas mães, majoritariamente negras e pobres. Barbosa e Jucá (2017) afirmam que os principais riscos a que mães e filhos estão sujeitos é o da desassistência e ausência de rede de apoio.

Santos, Tavares e Pimenta (2023) estudaram as diferenças e viés de gênero no processo de elaboração do luto em situações de perda gestacional entre pais e mães, que pode ser entendido como a atribuição diferenciada de papéis, expectativas e formas legítimas de expressar o sofrimento a homens e mulheres, baseada em normas sociais de gênero. O estudo indica que as mulheres apresentam fantasias de descuido em relação à saúde do bebê ou da demora em buscar auxílio médico, já os homens se culpam pelo pouco envolvimento com a gestação devido ao trabalho.

Por fim, Silva et al. (2015) investigou o processo de perda de identidade e individualidade das mulheres mães de crianças em sofrimento mental. Os resultados apontam que essa população deixa de se sentir mulher e passa a ser unicamente mãe e cuidadora, enfrentando uma trajetória bastante solitária, permeada de angústias, sobrecarga psíquica e física, além de restrições na vida profissional e pessoal.

2.7 Adoecimentos físicos e psicológicos

A temática adoecimento, seja ela mental ou física, foi central em sete artigos (12,28%). Todos os autores reconhecem a ansiedade e/ou depressão, como uma forma de manifestação do sofrimento psíquico, seja por consequência de uma condição física como endometriose, câncer e doenças benignas ou por estarem associadas a outros problemas mentais como os transtornos alimentares. Os estudos também concordam com o fato de que o corpo é território de sofrimento, seja por conta de dores pélvicas (BARÃO et al., 2023; OLIVEIRA; BRILHANTE; LOURINHO, 2018), mutilações e perda da mama, disfunção sexual, perda de cabelo (NUNES; PEGORARO, 2016; LOPES; CAMARGO; MAIA, 2020; SOUZA; SANTOS, 2024), imagem corporal idealizada (LOPES; TRAJANO, 2021) e sintomas somáticos da ansiedade como a taquicardia, tremores, sudorese (PIMENTEL et al., 2022). A rede de apoio sólida — social ou psicológica — desponta como outro recurso central de enfrentamento, seja pela via dos grupos de apoio, seja pela família. Alguns artigos, por sua vez, discutem o efeito inverso: a ausência dessas redes e seu impacto negativo na saúde mental das mulheres. Outra discussão comum às sete publicações foi a importância do cuidado à saúde em abordagem multiprofissional e biopsicossocial.

O corpo como território de sofrimento pode ser observado em diferentes esferas e realidades. Lopes e Trajano (2021) discutem sobre a cultura lipofóbica contemporânea e como a insatisfação corporal e baixa autoestima desses jovens são advindos dos corpos utópicos exibidos e veiculados pela internet, apresentando correlação entre sintomas depressivos e os transtornos alimentares. Lopes, Camargo e Maia (2020) avaliaram a experiência de mulheres com câncer de mama que, além de outros desafios e anseios como medo da morte e da doença em si, apresentaram inseguranças importantes como o receio do abandono conjugal, a perda da fertilidade, o medo da mutilação e desconfiguração do corpo e possíveis consequências na vida sexual.

Nunes e Pegoraro (2016) realizaram estudo que acompanhou mulheres no pós-cirúrgico de doenças benignas da mama, eles identificaram como o sentimento de obrigação está relacionado à sobrecarga nas atividades domésticas de cuidado com a casa, filhos, marido, denunciando a falta de apoio e cuidado que elas deveriam receber. Na pesquisa de Oliveira, Brilhante e Lourinho (2018) uma das entrevistadas relatou que tinha relação sexual com o marido mesmo sentindo dor, pois ele não compreendia sua recusa, e começou a desconfiar que ela estivesse vivendo um relacionamento extraconjugal.

Barão et al. (2023) investigou a experiência de pacientes com endometriose nos serviços de saúde, seu estudo evidencia que muitas das mulheres tiveram seu sofrimento amplificado por se sentirem negligenciadas e não levadas à sério pelos profissionais da saúde que as atenderam.

2.8 Cuidados e serviços

Dez (17,54%) artigos se debruçaram nas relações entre sofrimento psíquico e cuidados em saúde. Todas as produções fizeram críticas ao modelo biomédico centrado em apenas diagnosticar e medicar. Os estudos de Brito et al. (2023) e Carneiro, Aquino e Jucá (2014) apresentaram os resultados de entrevistas com mulheres em sofrimento psíquico grave que tiveram sua condição agravada por experiências como: maus-tratos e despersonalização vividos nos hospitais psiquiátricos; estigmatização; dificuldades de exercer a maternidade; entre outros. Kantorski (2022) contribuiu com a análise de 389 prontuários de usuários de um CAPS de Pelotas-RS, constatou-se que uma das principais causas de sofrimento é a violência vivida pelas pacientes em diferentes esferas da vida. De forma geral, os estudos salientam a importância da consolidação de redes substitutivas como os CAPS (BRITO et al., 2023), da realização de itinerários terapêuticos (CARNEIRO; AQUINO; JUCÁ, 2014) ou projeto singular terapêutico (TPS) (KANTORSKI et al., 2022) que levam em conta a realidade sociocultural dos pacientes, além de práticas complementares como o uso de Florais de Bach e grupos de escuta, trazidos por Pinheiro et al. (2022). Tavares e Kuratani (2019) compreendem que a ausência de entendimento das diferentes culturas entre os profissionais da saúde podem gerar disparidades na quantidade e qualidade do atendimento psicoterápico da população em questão.

Em outra perspectiva, Valentim e Kayoko (2024) apontam Psicoterapia Breve Operacionalizada (PBO) como instrumento para acolher mulheres com câncer de mama. Cavalcante e Cavalcante (2022) apontam o combate à violência doméstica como forma de prevenir o sofrimento psíquico em mulheres. Elas apresentaram um projeto de conscientização em escolas públicas que objetiva transformar os estudantes em propagadores de informação e consciência para o enfrentamento da violência doméstica contra a mulher.

Outra forma de cuidado são as abordagens comunitárias e identitárias. Oliveira, Liberman e Caliman (2021) utilizam um método grupal, realizado por e para mulheres. São encontros semanais que se dão nas casas das voluntárias para formar redes de apoio e enfrentamento para os desafios do que significa ser mulher. O público foi composto por mulheres em situação de vulnerabilidade social e sofrimento psíquico. O estudo demonstrou que a criação de espaços de intimidade, afeto e formação de vínculos compartilhados é uma forma de cuidado em saúde. Vasconcelos et al. (2022) relatam a experiência de dois programas de extensão universitária voltados à escuta e ao fortalecimento político de mulheres em situação de violência, evidenciando como espaços coletivos de reflexão e apoio mútuo contribuem tanto para o enfrentamento do sofrimento psíquico quanto para a mobilização política dessas mulheres. O último apresenta pesquisa com psicólogas que

atendem mulheres que se mantêm em relacionamentos abusivos. Os resultados levam a compreensão de que permanecer nessa condição é um fenômeno social e cultural, que a violência e a submissão não são da ordem do particular (PORTO; BUCHER-MALUSCHKE, 2014). As autoras identificaram que a permanência dessas mulheres na relação violenta está associada à força do patriarcado, aos ideais do amor romântico e a ganhos secundários ligados à dependência emocional e financeira.

2.9 Outros

Os cinco artigos (8,77%) agrupados nesse tópico não correspondem às categorias temáticas acima, esses trabalhos abordaram temas importantes, mas que não foram frequentemente do interesse investigativo. Dentre elas, destacamos os trabalhos de Santos e Dias (2022) e Oliveira, Santos e Oliveira (2020), pois foram os únicos autores que abordam o racismo de maneira específica, muitos artigos mencionam a raça e intersecções como determinantes para o sofrimento psíquico mas não aprofundam a discussão. Santos e Dias (2022) abordam o impacto do racismo na saúde mental de mulheres que participam de movimentos sociais. Nesse caso, foram realizadas entrevistas com seis mulheres negras participantes do movimento Dandara do Sisal. Os resultados explicitam o sofrimento das participantes decorrente do racismo, da discriminação e preconceito que sofrem durante sua trajetória de vida, na família, escola, universidade, mercado de trabalho e equipamentos de saúde. Para as entrevistadas a participação em movimentos sociais consiste em uma forma de enfrentamento e elaboração. Oliveira, Santos e Oliveira (2020) abordam a história de vida e identidade de participantes negras que simbolicamente perderam o espelho que reflete sua identidade. A ausência desse espelho, representa o silenciamento que impacta a autoestima e identidade dessas mulheres. Nos movimentos sociais, espaços de expressão e participação, elas tentam elaborar esse sofrimento.

Costa, Neto e Thomas (2022) sistematizaram a produção científica sobre violência de gênero na educação profissional e constatam escassez de material sobre o tema. Essa escassez se confirma nos números: dos milhares de trabalhos rastreados nos repositórios brasileiros e franceses, apenas uma tese no Brasil e quatro na França relacionam efetivamente a violência de gênero à Educação Profissional, reforçando a urgência de mais pesquisas sobre o assunto. Sardeto, Bazarghi e Ferrazza (2021) realizam uma revisão de publicações em busca bibliográfica investigando as conexões entre o movimento feminista e o movimento antimanicomial, eles concluem que dentro da estrutura capitalista, patriarcal e machista, existe a tendência de universalizar as experiências humanas, excluindo diferentes formas de existir e de ser, inviabilizando e reprimindo o sofrimento psíquico. Eles destacam a importância para a população estudada, e que é na negação desses posicionamentos que os movimentos sociais de conquistas jurídico-políticas como a Lei Maria da Penha, Lei

10.216 se organizam, a fim de garantir direitos e dignidade para populações vulneráveis, dentro desse contexto. Por último, Santos (2018) analisou o conto “O papel de parede amarelo”, de Charlotte Perkins Gilman, para localizar quais os marcadores da condição emocional da personagem estão presentes nas experiências de mulheres contemporâneas, sendo estes, a luta pela identidade (evidenciada pela ausência de nome da personagem, definida sempre em relação ao outro), a relação conjugal desigual, marcada pela desconfirmação de sua vivência subjetiva, e o confinamento doméstico que limita sua autonomia.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De maneira geral, a análise do conjunto de artigos evidencia que o sofrimento psíquico em mulheres não pode ser compreendido fora de sua determinação social. Foram identificadas tendências de pesquisa no que diz respeito à abordagem ao sofrimento, tendo foco no afastamento de modelos biomédicos e diagnóstico individual em favor de leituras que pensam o sofrimento como fenômeno social. As principais causas identificadas ao longo das categorias são recorrentes e se entrecruzam: 1) a violência em suas múltiplas formas (física, simbólica, institucional, sexual); 2) a sobrecarga de trabalho de cuidado e doméstico não remunerado, naturalizado como atributo feminino; 3) o adoecimento físico e outras condições de saúde; 4) a violência institucional e falhas no cuidado. Tais causas, quando atravessadas por marcadores de raça, sexualidade e território, tendem a se intensificar, revelando um sofrimento de caráter interseccional. Quanto ao enfrentamento do problema, observa-se predominância de respostas voltadas ao incentivo à políticas públicas e mudanças sociais, ao âmbito relacional e comunitário - o fortalecimento de redes de apoio informais, familiares e comunitárias, grupos terapêuticos e espaços de escuta entre mulheres - bem como ao cuidado clínico-psicológico pautado em abordagens integrais e multiprofissionais. Entretanto, chama atenção a desproporção entre o caráter social atribuída às causas do sofrimento e a reduzida quantidade de estudos dirigidos especificamente à políticas públicas, em outras palavras, ainda que as macroestruturas de opressão sejam amplamente reconhecidas como determinantes, poucos artigos avançam com proposições de transformação social, de garantia de direitos ou de políticas públicas efetivas.

Também foi constatada concentração institucional e geográfica das produções. É relevante registrar que a maioria dos estudos foi produzido por universidades públicas (federais/estaduais) do nordeste e sudeste, ficando clara a importância dessas instituições e do financiamento público das pesquisas. Além disso, observou-se crescimento expressivo da produção científica entre 2021-2024 (65% dos artigos), provavelmente, em decorrência da pandemia de Covid-19, momento no qual agravou-se a precariedade das condições de vida. Considerando o intervalo de dez anos, pode-se afirmar que o interesse pela temática

na perspectiva aqui abordada é muito reduzido, pois localizamos uma média de 5,7 artigos publicados por ano. Nesse sentido, entendemos que apesar dos avanços representados por concepções psicossociais do sofrimento, não podemos afirmar que o campo da psicologia como um todo acompanha esse movimento.

Também é oportuno frisar temáticas que foram apenas mencionadas, mas não foram objeto central dos estudos, tais como o racismo, as deficiências, populações migrantes/ refugiados e populações indígenas. Cabe refletir como o campo da psicologia ainda se apresenta distante de um efetivo posicionamento realmente comprometido com a construção de uma sociedade mais justa e humanizada para todos.

4. **REFERÊNCIAS**

ALVES, T. Sofrimento psíquico na totalidade capitalista: experiências de mulheres. SciELO Preprints, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.4674>. Acesso em: 25 jun. 2026.

AMARANTE, P. Saúde mental e atenção psicossocial. 3. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2011. (Temas em Saúde).

ANTLOGA, C. S. *et al*. Percepção de danos físicos, psíquicos e sociais no trabalho de ser mãe universitária. Psicologia: Ciência e Profissão, v. 43, e253141, p. 1-15, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003253141>. Acesso em: 25 jun. 2026.

ARAÚJO, E. B.; THEOPHILO, G. L. M. Transgêneros: ainda incompreendidos? Revista Docência e Cibercultura, v. 3, n. 1, p. 73-101, 2019. Disponível em: <https://doi.org/ 10.12957/redoc.2019.39490>. Acesso em: 25 jun. 2026.

BARBOSA, A. S.; JUCÁ, V. J. S. Maternidade e loucura: questões jurídicas em torno do poder familiar. Mental, v. 11, n. 20, p. 243-260, 2017. Disponível em: http:// pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-44272017000100013. Acesso em: 25 jun. 2026.

BARÃO, F. S. L. *et al*. O sofrimento psíquico de mulheres que se encontram em tratamento da endometriose. Cuadernos de Educación y Desarrollo, v. 15, n. 10, p. 10731-10747, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.55905/cuadv15n10-042>. Acesso em: 25 jun. 2026.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. São Paulo: Almedina, 2011.

BRITO, K. M. M. *et al.* Vivências na rede substitutiva, sentidos e itinerários terapêuticos de mulheres com história de internação psiquiátrica. SMAD, Revista Eletrônica Saúde Mental Álcool e Drogas, v. 19, e-196190, p. 1-11, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/ issn.1806-6976.smad.2023.196190>. Acesso em: 25 jun. 2026.

CANAVÊZ, F.; FARIAS, C. P.; LUCZINSKI, G. F. A pandemia de Covid-19 narrada por mulheres: o que dizem as profissionais de saúde? Saúde em Debate, v. 45, n. esp. 1, p. 112-123, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-11042021E109>. Acesso em: 25 jun. 2026.

CARNEIRO, U. S. S.; AQUINO, G. C.; JUCÁ, V. J. S. Desafios da integralidade na assistência: o itinerário terapêutico de mães com sofrimento psíquico grave. Revista de Psicologia, v. 5, n. 1, p. 46-57, 2014. Disponível em: https://docs.bvsalud.org/biblioref/ 2018/01/877336/1003-1678-1-sm.pdf. Acesso em: 25 jun. 2026.

CARNIEL, G.; DIERCKS, M. S.; MIRANDA, N. A história de uma mulher negra e gorda: cotidiano, afetividade e sexualidade. Physis: Revista de Saúde Coletiva, v. 33, e33028, p. 1-21, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-7331202333028>. Acesso em: 25 jun. 2026.

CAVALCANTE, Y. C. S.; CAVALCANTE, C. C. N. Alunos como multiplicadores no enfrentamento à violência familiar e doméstica contra a mulher. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, v. 8, n. 4, p. 1521-1528, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.51891/rease.v8i4.5155>. Acesso em: 25 jun. 2026.

CORTES, H. M. *et al*. Vivências de mulheres transgêneras de um município do recôncavo da Bahia. Revista Eletrônica Acervo Enfermagem, v. 1, e1871, p. 1-9, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.25248/reaenf.e1871.2019>. Acesso em: 25 jun. 2026.

COSTA, B. M.; BOITEUX, L. Controle penal da loucura e do gênero: reflexões interseccionais sobre mulheres egressas da medida de segurança no Rio de Janeiro. Revista Brasileira de Políticas Públicas, v. 10, n. 2, p. 467-488, 2020. Disponível em: https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/RBPP/article/viewFile/6812/pdf. Acesso em: 25 jun. 2026.

COSTA, M. C. X.; LIMA NETO, A. A.; THOMAS, J. Pesquisas sobre violência de gênero na educação profissional brasileira e francesa: um estado do conhecimento. Revista Vértices, v. 24, n. 2, p. 634-658, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.19180/1809-2667.v24n22022p634-658>. Acesso em: 25 jun. 2026.

COSTA, T. S.; ROSA, L. A. Compreensões sobre a construção subjetiva de mulheres negras. Revista da ABPN, v. 13, n. 38, p. 22-45, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.31418/2177-2770>. Acesso em: 25 jun. 2026.

CUNHA, C. C. *et al*. A Covid-19 como um analisador do sofrimento de enfermeiras: um ensaio teórico. Psicologia: Ciência e Profissão, v. 43, e248295, p. 1-14, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003248295>. Acesso em: 25 jun. 2026.

DALCIN, L. R.; FERREIRA NETO, J. L. Isolamento social e sofrimento emocional de mulheres durante a pandemia de Covid-19. Psicologia em Revista, v. 27, n. 1, p. 185-204, 2021. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682021000100012. Acesso em: 25 jun. 2026.

DIMENSTEIN, M. *et al*. Situação de saúde mental de comunidades tradicionais: marcadores sociais em análise. Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental, v. 25, n. 1, p. 162-186, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1415-4714.2022v25n1p162.10>. Acesso em: 25 jun. 2026.

DOURADO, S. M.; NORONHA, C. V. A face marcada: as múltiplas implicações da vitimização feminina nas relações amorosas. Physis: Revista de Saúde Coletiva, v. 24, n. 2, p. 623-643, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312014000200016>. Acesso em: 25 jun. 2026.

EMIDIO, T. S.; OKAMOTO, M. Y.; SANTOS, M. A. Solidão e sobrecarga materna em tempos de pandemia de COVID-19 à luz da escuta psicanalítica dos vínculos. Psico-USF, v. 28, n. 3, p. 505-520, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-82712023280307>. Acesso em: 25 jun. 2026.

ESPINOLA, I. E. R. *et al*. Envelhecimento e vulnerabilidade: perspectivas das pessoas idosas LGBTQIA+. Revista Rene, v. 24, e83200, p. 1-9, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.15253/2175-6783.20232483200>. Acesso em: 25 jun. 2026.

FRANCO, M. H. C. *et al*. Desigualdade de gênero e escuta psi de mulheres atendidas na atenção básica. Psicologia: Ciência e Profissão, v. 41, e225110, p. 1-15, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003225110>. Acesso em: 25 jun. 2026.

FREITAS, R. A. *et al*. Aspectos da saúde mental de mulheres frente à condição de pobreza de um distrito da mesorregião cearense. Revista Foco, v. 16, n. 10, e3394, p. 1-17, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.54751/revistafoco.v16n10-130>. Acesso em: 25 jun. 2026.

GARCIA, J. S.; SOUZA, L. L.; SILVA, Y. A. C. Pandemia e a produção social de sofrimento mental em mulheres. Revista de Psicologia da UNESP, v. 20, n. 1, p. 1-20, 2021. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/pdf/revpsico/v20n1/1984-9044-revpsico-20-01-20210013.pdf. Acesso em: 25 jun. 2026.

KANTORSKI, L. P. *et al*. Perfil de usuários de um serviço de saúde mental: registro de violência e ofertas terapêuticas. Revista de Enfermagem e Atenção à Saúde, v. 11, n. 2, e202223, p. 1-13, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.18554/reas.v11i2.5523>. Acesso em: 25 jun. 2026.

KLEPA, V. B. *et al*. Saúde mental e aborto decorrente de violência sexual: uma revisão integrativa de literatura. Divers@!, v. 16, n. 2, p. 294-314, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.5380/diver.v16i2.92841>. Acesso em: 25 jun. 2026.

LAURINDO, C. R.; LEITE, I. C. G.; CRUZ, D. T. Prevalência e fatores associados a sintomas ansiosos e depressivos em mulheres privadas de liberdade em Juiz de Fora-MG, Brasil. Ciência & Saúde Coletiva, v. 27, n. 12, p. 4493-4509, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232022271210.18832021>. Acesso em: 25 jun. 2026.

LOPES, A. P.; CAMARGO, C. A. C. M.; MAIA, M. A. C. Sofrimento psíquico vivenciado por mulheres diante do diagnóstico de câncer de mama: uma revisão bibliográfica reflexiva. Revista Eletrônica Acervo Saúde, n. 52, e3556, p. 1-8, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.25248/reas.e3556.2020>. Acesso em: 25 jun. 2026.

LOPES, P. A.; TRAJANO, L. A. S. N. Influence of media on eating disorders in adolescents: literature review. Research, Society and Development, v. 10, n. 1, e20910111649, p. 1-10, 2021. DOI: https://doi.org/10.33448/rsd-v10i1.11649.

MÉLOU, A. C. S. A. *et al*. Uma análise da psicodinâmica do trabalho de operadora de caixa de supermercado. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, v. 24, n. 2, p. 235-248, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v24i2p235-248>. Acesso em: 25 jun. 2026.

MORABITO, J. T.; CREMASCO, M. V. F. O luto materno em situação de violência policial: contribuições psicanalíticas. Psicologia Revista, v. 32, n. 2, p. 459-484, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.23925/2594-3871.2023v32i2p459-484>. Acesso em: 25 jun. 2026.

MOREIRA, L. M. F. *et al*. Obstetric violence: a conduct beyond pain and its repercussions today. Research, Society and Development, v. 11, n. 7, e56911730314, p. 1-10, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.33448/rsd-v11i7.30314>. Acesso em: 25 jun. 2026.

NASCIMENTO, A. M. V. S. *et al*. Maternidade solo e interseccionalidades: práticas de cuidado no contexto da atenção básica. Revista Psicologia, Diversidade e Saúde, v. 11, e4393, p. 1-12, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.17267/2317-3394rpds.2022.e4393>. Acesso em: 25 jun. 2026.

NEVES, J. B.; YAVO, I. S. Vulnerabilidade e sofrimento psíquico: condições de acesso em saúde durante o pré-natal. Revista Psicologia, Diversidade e Saúde, v. 13, e5378, p. 1-12,

2024. Disponível em: <https://doi.org/10.17267/2317-3394rpds.2024.e5378>. Acesso em: 25 jun. 2026.

NUNES, R. S.; PEGORARO, R. F. Vivências sobre o adoecimento benigno da mama: relatos de mulheres. Psicologia em Revista, v. 25, n. 2, p. 317-336, 2016. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/psicorevista/article/view/20610. Acesso em: 25 jun. 2026.

OLIVEIRA, A. F. C.; TEIXEIRA, E. R.; ATHANÁZIO, A. R. Evaluation of pleasure and suffering indicators in oncological nursing workers. Research, Society and Development, v. 10, n. 10, e203101018731, p. 1-11, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.33448/rsd-v10i10.18731>. Acesso em: 25 jun. 2026.

OLIVEIRA, B. B.; LIBERMAN, F.; CALIMAN, L. V. Casa, intimidade e cuidado: experiências no projeto Delicadas Coreografias. Polis e Psique, v. 11, n. 2, p. 184-207, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/2238-152X.111460>. Acesso em: 25 jun. 2026.

OLIVEIRA, C. S. S.; SANTOS, E. J.; OLIVEIRA, T. Toma que o espelho é seu! Artes cênicas e psico/vida em narrativas pessoais de cor/pas negras. Raído, v. 14, n. 36, p. 422-443, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.30612/raido.v14i36.11804>. Acesso em: 25 jun. 2026.

OLIVEIRA, J. F. *et al*. Imaginário de presidiárias sobre o fenômeno das drogas. Revista Eletrônica de Enfermagem, v. 18, e1138, p. 1-10, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.5216/ree.v18.31072>. Acesso em: 25 jun. 2026.

OLIVEIRA, L. A. F.; BRILHANTE, A. V. M.; LOURINHO, L. A. Relação entre ocorrência de endometriose e sofrimento psíquico. Revista Brasileira em Promoção da Saúde, v. 31, n. 4, p. 1-9, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.5020/18061230.2018.8755>. Acesso em: 25 jun. 2026.

PIMENTEL, A. *et al*. Qualitative study with four symptoms of anxiety in women and men. Research, Society and Development, v. 11, n. 4, e25711426550, p. 1-12, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.33448/rsd-v11i4.26550>. Acesso em: 25 jun. 2026.

PINHEIRO, E. M. N. *et al*. 'Eu me sentia um nada': história oral de mulheres em sofrimento psíquico na Atenção Básica sob uma perspectiva de gênero e a repercussão de práticas integrativas e complementares. Physis: Revista de Saúde Coletiva, v. 32, n. 1, e320108, p. 1-22, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312022320108>. Acesso em: 25 jun. 2026.

PORTO, M.; BUCHER-MALUSCHKE, J. S. N. F. A permanência de mulheres em situações de violência: considerações de psicólogas. Psicologia: Teoria e Pesquisa, v. 30, n. 3, p. 267-276, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-37722014000300004>. Acesso em: 25 jun. 2026.

RIBEIRO, B. F.; MARCOLAN, J. F. Being a woman and being on the street: the psychological suffering of homeless women. Research, Society and Development, v. 9, n. 11, e38391110038, p. 1-15, 2020. Disponível em: <hhttps://doi.org/10.33448/rsd-v9i11.10038>. Acesso em: 25 jun. 2026.

SANTOS, C. V. M. O papel de parede amarelo: um conto sobre saúde mental de mulheres. Revista Brasileira de Estudos da Homocultura, v. 1, n. 4, p. 257-264, 2018. Disponível em: https://revistas.unilab.edu.br/rebeh/article/view/222. Acesso em: 25 jun. 2026.

SANTOS, P. A. *et al*. 'Meu luto é mais dolorido que o dele': experiências de perda gestacional. Revista Subjetividades, v. 23, n. 3, p. 1-15, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.5020/23590777.rs.v23i2.e13725>. Acesso em: 25 jun. 2026.

SANTOS, V. C.; DIAS, A. B. Os efeitos do racismo na saúde mental das militantes negras do MMNDS. Psicologia: Ciência e Profissão, v. 42, e235483, p. 1-16, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003235483>. Acesso em: 25 jun. 2026.

SARDETO, A. R.; BAZARGHI, N.; FERRAZZA, D. A. Movimento feminista e antimanicomial: uma análise das lutas por direitos em uma sociedade capitalista-patriarcal. Barbarói, n. 58, p. 195-217, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.17058/barbaroi.v0i58.15204>. Acesso em: 25 jun. 2026.

SAWAIA, B. B. Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. Psicologia & Sociedade, v. 21, n. 3, p. 364-372, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822009000300006>. Acesso em: 25 jun. 2026.

SILVA, G. P.; ALMEIDA, L. P. Mulheres donas de seus destinos: a constituição do sujeito enquanto mulher profissional do sexo. Trayectorias Humanas Trascontinentales, n. 6, p. 1-14, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.25965/trahs.1866>. Acesso em: 25 jun. 2026.

SILVA, J. B. *et al*. 'Padecendo no paraíso': as dificuldades encontradas pelas mães no cuidado à criança com sofrimento mental. Revista Eletrônica de Enfermagem, v. 17, n. 3, p. 1-10, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.5216/ree.v17i3.28937>. Acesso em: 25 jun. 2026.

SILVEIRA, E. B. C.; CRUZ, S. V. O.; MELO, R. S. Miragens do eu: angústia, desejo e produção estética do corpo feminino ideal. Tempo Psicanalítico, v. 53, n. 1, p. 249-278, 2021. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-48382021000100011. Acesso em: 25 jun. 2026.

SOUZA, C.; SANTOS, M. A. Significados atribuídos por mulheres com câncer de mama ao grupo de apoio. Psicologia: Ciência e Profissão, v. 44, e259618, p. 1-15, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003259618>. Acesso em: 25 jun. 2026.

SOUZA, M. B.; NOGUEIRA, M. T. G. A rede de saúde mental de Belo Horizonte e o cuidado em liberdade: do direito à cidadania ao direito à maternidade. Saúde em Redes, v. 4, n. 1 suplem., p. 115-128, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.18310/2446-4813.2018v4n1suplemp115-128>. Acesso em: 25 jun. 2026.

SOUZA, M. C. G.; LIMA, P. M. R. Identidades e discursos: a construção discursiva da lesbianidade. Psicologia em Revista, v. 27, n. 2, p. 285-303, 2021. Disponível em: https://periodicos.pucminas.br/psicologiaemrevista/article/view/22690. Acesso em: 25 jun. 2026.

TAVARES, J. S. C.; KURATANI, S. M. A. Manejo clínico das repercussões do racismo entre mulheres que se 'tornaram negras'. Psicologia: Ciência e Profissão, v. 39, e184764, p. 1-14, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703001184764>. Acesso em: 25 jun. 2026.

TRIGUEIRO, T. H. *et al*. Psychological suffering in the daily lives of women who have experienced sexual violence: a phenomenological study. Escola Anna Nery, v. 21, n. 3, e20160282, p. 1-8, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2016-0282>. Acesso em: 25 jun. 2026.

VALENTIM, N. S.; KAYOKO, Y. Psicoterapia breve operacionalizada na adaptação de mulheres com câncer de mama: coletânea de casos. Psicologia: Ciência e Profissão, v. 44, e263084, p. 1-15, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003263084>. Acesso em: 25 jun. 2026.

VASCONCELOS, M. F. F. *et al*. Costura político-clínica por um cuidado feminista: relato de experiência. Estudos e Pesquisas em Psicologia, v. 22, n. spe, p. 1752-1773, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/epp.2022.71782>. Acesso em: 25 jun. 2026.

VITALI, M. M. *et al*. 'O mercado de trabalho é muito cruel': representações sociais de mulheres em sofrimento psíquico. Barbarói, n. 57, p. 44-64, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.17058/barbaroi.v0i57.15256>. Acesso em: 25 jun. 2026.

WILHELM, F. A.; TONET, J. Percepção sobre a violência doméstica na perspectiva de mulheres vitimadas. Psicologia Argumento, v. 25, n. 51, p. 401-412, 2017. Disponível em: https://periodicos.pucpr.br/psicologiaargumento/article/view/20047. Acesso em: 25 jun. 2026.

Contatos: beatriz.karassawa@mackenzista.com.br e erich.franco@mackenzie.br